

1. Arquiteto Urbanista pela Universidade de São Paulo (1999) e pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1994), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2004) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2008).

MODERNIDADE E MODERNO: TEMAS PARA DEBATER O ESPAÇO

MODERNITY AND MODERN: THEMES TO DISCUSS SPACE

Luciano Torres Tricárico¹

Resumo

A urbanística e arquitetura *modernas* podem encontrar na *modernidade* fatos para explicar o colapso de sua promessa. Apresentam-se aqui alguns temas para se debater a epistemologia do *espaço*, tais como fases de produção, o ideal de Estado, *tempo*, *futuro*, técnicas, vanguarda e especialização e a cidade como linguagem. A conclusão dessa discussão sintetiza que a relação entre *sujeito* e *objeto* na modernidade pode ser uma generalização que expõe a efetiva frustração do *moderno*.

Palavras-chave: Modernidade, moderno, espaço.

Abstract

The *modern* urban planning and architecture can find in *modernity* the facts to explain the collapse of their promise. We present here some topics to discuss the epistemology of *space*, such as: production stages, the ideal State, *time*, *future*, techniques, vanguard and expertise and the city as a language. The conclusion of this discussion summarizes that the relationship between *subject* and *object* in modernity can be a generalization that exposes the frustration of the *modern*.

Key words: Modernity, modern, space.

O objetivo deste texto é localizar possíveis índices de *modernidade* que (obviamente) não pretende esgotá-los, com o esforço de relacioná-los às manifestações que caracterizam o *modernismo espacial* e, nessa possível leitura, verificar como a *modernidade* foi dotada de uma diversidade de situações, muitas delas sobrepostas ou subjugadas pelas noções *totalizantes* do *modernismo espacial*, bem como foram traduzidas por um viés único de interpretação: essencialmente a tendência programática do *modernismo* de encontrar soluções *funcionais* e *ideológicas* de caráter *universalizante*. De modo que o objeto deste trabalho de discussão é o *modernismo urbano*.

Nesse sentido, até mesmo a denominação de *pós-moderno urbano* ou *pós-modernidade* está carregada de um vezo de negação do *moderno* ou da *modernidade*, sem críticas aos seus precedentes,

Também concluo que há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-modernismo. Parece-me mais sensível ver este último como um tipo particular de crise do primeiro, uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico da formulação de Baudelaire (HARVEY, 1992, p. 111).

De modo que, se há uma possível continuidade do *moderno* no *pós-modernismo*, não será conveniente, portanto, “sobrepor” as noções de *universalismo* (do *modernismo*) e *lugar re-valorizado* (do *pós-modernismo*), pois é possível encontrar, por vezes, em um mesmo arquiteto e urbanista esses dois “traços”: Le Corbusier pôde ler a especificidade das paisagens do Rio de Janeiro e Montevidéu da mesma forma que propôs espaços *universais* homogêneos na lógica da indústria (HARVEY, 1992, p. 250). Mas, numa interpretação generalizante, como manifestação teórica, a chamada *modernidade tardia* (como alguns autores assim o preferem) ou *pós-modernidade* vai, de um lado, ao reencontro do *lugar “perdido”* ou “*esquecido*” pelos *modernistas* da cidade do século XIX; e, de outro lado, observa-se como a formulação *modernista* do espaço esteve calcada basicamente em valores de *universalismo* para a compreensão do espaço e para nele intervir.

Mas como a linguagem do *espaço* opera com a *plurissignificação*, é possível que, em muitos casos, o projeto que se pretendia *modernista universal* tenha se “convertido” semanticamente em formas de *lugar*, considerando o território e a sociedade específica onde se encontravam. Há, portanto, de se compreender que não se trata de inferir que o *modernismo* arquitetônico e urbanístico não constituiu *lugares*; trata-se de interpretar aqui que a noção de *lugar* já carregava consigo os valores do território específico onde se daria a intervenção, já em sua fase *projetal*.²

Com tudo isso, há de se verificar que o interesse deste trabalho está nas *generalizações* que se construíram em volta do que vem a ser o *modernismo* para o urbanismo. Para tanto, cabe observar algumas manifestações de *modernidade* que estudarão aspectos do *modernismo espacial*, no intuito de localizar uma crítica e reinterpretações para a *crise disciplinar*

2. Lembrando-se de que Corbusier propôs uma cidade verticalizada em Montevidéu em função do contraste entre a paisagem local das várzeas ali encontradas; no Rio de Janeiro, o “mesmo” Corbusier *modernista* propôs uma “fita” de habitação que “percorria” o morro, garantindo a visualidade local do mar para todos os cidadãos que ali habitassem.

urbanística. Cabe salientar que, nas diversas áreas do conhecimento, estas manifestações específicas apresentaram ou apresentam suas *crises* ou *anomalias* internas que, de alguma forma ou de outra, mesmo como “desarranjos” intrínsecos, pode ser um parâmetro para o *modernismo* espacial repensar sua condição *crítica*. Assim, elencam-se alguns fatores de *modernidade* que dão índices para se debater o *moderno*, especificamente urbano, a saber: fases de produção e o ideal de Estado; técnicas da *modernidade*; a noção do *tempo* no *modernismo* e na *modernidade*; o ideal de *futuro* do *moderno*; vanguarda e *especialização* do *moderno* e a cidade tratada como *linguagem* dentro do pensamento *moderno*. Certamente que essas questões levantadas aqui não pretendem “esgotar” o assunto acerca do *moderno* e da *modernidade*. Porém foi com essas categorias de análise que ocorreu a possibilidade de arrolar as discussões que seguem, bem como desdobra outras ideias oriundas dessas colocações.

Relações do espaço moderno com as fases da produção e o ideal de Estado na modernidade

Os economistas já consideravam a dimensão espacial relativamente sem importância nas variáveis de atuação na cidade e do urbano. Marshall e suas formulações de sistema econômico podem constituir um bom exemplo. Mais pungente é verificar que toda uma filosofia do materialismo histórico marxista (e não necessariamente o marxismo) acerca da sociedade também subjugou o papel do espaço na determinação da realidade e da construção socioespacial. Como observa Soja (1993, p. 234-241), Hegel e seus herdeiros promoveram uma ontologia e fenomenologia da espacialidade amparada no Estado territorial e seus vetores calcados num espaço como “ideia de Estado”; portanto, identificou-se o espaço como uma abstração regida pelas instâncias político-administrativas que previa o uso de uma língua comum entre os habitantes de um território, de uma legislação comum no e pelo Estado, ou até o uso de uma religião comum, entre outros; onde o espaço real foi subjugado. Por outro lado, Marx, em seu “anti-hegelianismo” (nos termos de Soja), tentou restabelecer o papel do *tempo*, numa historicidade ou temporalidade revolucionária priorizada sobre a condição da espacialidade e, dessa atitude, “brotou” toda uma sensibilidade de resistência à afirmação do espaço como parte efetiva da construção socioespacial; o materialismo histórico negou a crítica de Hegel onde o *espaço* operava como conteúdo necessário do Estado (este como instrumento de “dominação” das classes burguesas sobre o restante da sociedade), de tal sorte que a “retórica” marxista se apoiou essencialmente no *tempo em progresso* em contraposição ao *espaço* hegeliano para a interpretação da realidade; geralmente justificada e construída por vetores “economicistas” de explicação. Tratou-se de um “antiespacialismo anti-hegeliano” (como sugere Soja) interpretado nos textos de Marx: “[...] um século de marxismo não ter sabido incorporar uma interpretação materialista da espacialidade equiparável a sua interpretação materialista da história” (SOJA, 1993, p. 107).

As críticas do materialismo histórico conseguiram, por um lado, demonstrar e “visualizar” as “consequências” de fases do capitalismo e, talvez, imbuídas por essa demonstração, creditaram também todas suas outras análises a um “encaadeamento” de fatos “esperados”, numa pretensa lógica histórica linear (uma ideia de “evolução” histórica “natural” de fases consecutivas da produção no capitalismo: artesanato, manufatura, era mecânica, era elétrica, era eletroeletrônica), sem se deter em especificidades,³ “O materialismo histórico de Marx identifica equivocadamente [...] e assim não apenas atribui uma falsa unidade ao desenvolvimento histórico como também falha em discernir adequadamente as qualidades específicas da modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 56).

Anthony Giddens ainda acentua que o materialismo histórico preponderou como uma interpretação “unilateral” do capitalismo e seus movimentos sociais, “esquecendo-se” de que houve outros movimentos sociais também importantes (GIDDENS, 1991, p. 158). Dentro desses movimentos sociais, poder-se-ia interpretar uma burguesia como contribuinte para o desenvolvimento das artes, das ciências, das técnicas e da indústria; muito além de seu papel univocamente “dilacerante” na sociedade *moderna*, como a caracterizou aquele materialismo histórico.

Porém é possível interpretar que as manifestações das fases da produção na *modernidade* outorgaram “segurança” a um *futuro de previsibilidade*; porque o “investimento” do presente retornaria com “lucratividade” no *futuro* – daí o signo do prevável (BAUMAN, 2001, p. 11).⁴

Em termos políticos, pode-se considerar que a confiança no Estado (que pode “organizar” o *futuro* da “nação”) com suas decisões também formulou uma corrente de mão única na elaboração do planejamento, em que a iniciativa privada ou até mesmo a sociedade civil foram “descartadas” do seu devido envolvimento; é como se tivessem três situações separadas (do Estado, da sociedade civil e da iniciativa privada). Como que uma “cultura” instituída na qual só o Estado (como se não fosse a “própria” sociedade) poderia propor o plano e o planejamento (caso muito presente em países latino-americanos – e especialmente no Brasil pela lógica de sua formação política ao longo do tempo). Nessa confiança no papel do Estado, o poder estatal brasileiro parece ter adotado seu “modelo” dito *modernista* para sua representação de poder: Brasília é um exemplo concreto; bem como os conhecidos PDDIs (Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado) no campo do planejamento urbano, que excluíram a população das decisões de seu próprio *futuro* na cidade.

Não à toa Henri Lefebvre “convocou” uma “revolução urbana” perante a condição “parcialmente” construída nas decisões sobre a cidade, feitas pelo *técnico perito* urbanista; tal qual uma Revolução Francesa, na qual o povo se rebelou contra uma nobreza e um clero que subjugava a grande maioria da população. Lefebvre então nos alerta para um “direito à cidade”. Chegando-se até nossos dias, na ideia de que a cidade pode se rebelar, como demonstrou David Harvey em seu “Rebel Cities”.

3. No entanto, deve-se questionar o papel dessa “evolução” histórica como instrumento de efetiva transformação social; veja-se que, por exemplo, uma técnica nova de produção pode aumentar a lucratividade, porém também pode ocasionar desastres ambientais, não sendo, neste último caso, uma técnica que “evolui”; de tal sorte que a interpretação de um fenômeno pode operar pela *plurissignificação* (vários significados) e não apenas por uma leitura unilateral e determinista.

4. Por outro lado, sabe-se que, contradicoratoriamente, a produção no capitalismo trabalha com constantes crises para poder criar novos mercados, de tal sorte que elas se constituem em “desarranjos” aceitáveis.

Técnicas (como objeto) na modernidade e relações com a sociedade

Cabe observar que a *racionalidade* da *modernidade* pode se distinguir da *razão*. Assim, trata-se aqui a *razão* como faculdade que daria ao *sujeito* a possibilidade de domínio sobre o *objeto* e a *realidade*. A *racionalização* da ação diz respeito à ação planejada, tendo em vista o alcance de um fim com o mínimo dispêndio de “*energia*”; a *racionalidade* se constitui num conjunto de instrumentos para se chegar a um objetivo. Desse modo, a *racionalidade* é uma instrumentalidade que pode estar presente na *racionalização* da ação (em busca de metodologias para a objetivação), geralmente “construída” como processo linear. Sendo instrumentalidade, a *racionalidade* é constituída por *técnicas*, incluindo-se a urbanização.

A evolução da técnica organizará *objetos* com graus diferenciados que podem promover novos interpretantes sígnicos. Nesse universo, segundo Robert Kurz (1992), a condição da *tecnologia* gerada em grande parte pelo capitalismo originou, no nível dos *objetos* produzidos, potencialidades que já não são mais compatíveis com as próprias formas básicas da reprodução capitalista; ou seja, o *objeto* produzido altera as “veilhas” formas do próprio modo de produzir.

A linguagem das técnicas se apropriou da máxima *padronização* do *objeto*, quando, no desenvolvimento da cultura, a relação entre *sujeito* e *objeto* desenvolveu (até mesmo nos contextos da teoria) a negação da ideia de que o *sujeito* construía algo de diferente (utopia, projeto ou plano) sobre a prática da existência (*objetos*, o espaço real). Não bastaria uma vontade do *sujeito* ao propor *objetos*, para que eles fossem assimilados pela estrita funcionalidade projetada. Os objetos (incluam-se as cidades) adquiriam ressignificações que superavam as primeiras decisões do *sujeito* que as projetavam,

Antes, no princípio, era a ideia; hoje, no princípio é a ação. Do século XVII em diante, a história da cultura é a história da prevalência progressiva da prática sobre a teoria, da experiência sobre a ideia: até que a teoria se torne teoria da prática e a ideia, ideia da experiência. A utopia construída sobre a prática torna-se uma superprática, uma prática que cresce sobre si mesma e se transcende, até preencher o horizonte do saber e que determinam os atos: já temos máquinas, atos mecânicos que produzem ideias e decisões (ARGAN, 2001, p. 11).

[...] Não devemos a criação de nossos grandes esquemas teóricos unicamente à nossa inteligência, mas também ao fato de que, neste mundo complexo, certos “objetos” se destacam naturalmente e cativaram a atenção dos homens, provocaram o desenvolvimento das técnicas e a criação de linguagens que tornam inteligível sua regularidade (PRIGOGINE; STENGERS, 1992, p. 25).

Trata-se, pois, para o universo dos *objetos* criados, notar que *eles*, enquanto fator *empírico*, serão uma “fonte” de referência

para a construção da teoria, ou da formulação de um plano em elaboração, e vice-versa. Cabem, aqui, então, alguns exemplos com o intuito de revelar o papel do *objeto* técnico na constituição de uma realidade sócio-espacial, para além de uma consciência unívoca do *sujeito* como *determinante* sobre a realidade.

A técnica e a tecnologia trouxeram para a realidade das megalópoles brasileiras centros especializados de produção que podem ser chamados de tecnopolos. Concordando ou não com a expressão, Milton Santos (1996) considera como “desmetropolização” o fato de que a produção no setor secundário pode se deslocar do setor terciário, indo, por exemplo, para o interior do Estado de São Paulo. Essas indústrias “migradas” necessitarão de técnicos especializados, seja no setor administrativo ou até mesmo na efetiva forma de produção. Instalam-se escolas, centros de treinamento, etc., ou essa “educação” e “treinamento” são feitos nos centros terciários metropolitanos. De qualquer forma, esse processo de nova organização espacial da produção no interior paulista situa, por meio da “escola” e do “treinamento”, uma conscientização “letrada” (e até política por desdobramento) da população que trabalhará nessas indústrias e, com isso, chega-se a questionar aquele papel dominador das oligarquias agrícolas locais nas cidades do interior paulista. Conclui-se que o *objeto* (setor secundário, indústrias) pôde alterar, de alguma maneira, manifestações reivindicatórias do *sujeito*.

Com outro exemplo: a tecnologia está auxiliando a formulação de plantas atualizadas de cadastros imobiliários em cidades brasileiras. O intuito dessa “digitalização” dos dados imobiliários tem considerado muito o fato do aumento da arrecadação de impostos territoriais urbanos, que é muito conveniente para qualquer gestão política municipal, pois se trata do dinheiro disponível para “fazer obras” e, portanto, demonstrar o trabalho do partido eleitoral da ocasião. Mais do que isso, essa forma digital de organização dos cadastros imobiliários (chamados SIG – Sistema de Informações Geográficas) tem demonstrado o acesso mais democrático às informações das prefeituras, bem como a clareza e “justeza” das regras de cobrança (ditas mais “igualitárias”) de impostos para todos os cidadãos. Ou seja, a tecnologia dos objetos de softwares dá novas significações para uma cobrança mais justa socialmente (dos *sujeitos*) acerca dos impostos urbanos.

Nos dois casos elencados, o *objeto* técnico pode conferir mudanças no papel social dos *sujeitos*. E não apenas o *sujeito* que determina significados ao *objeto*.

Tempo do moderno na modernidade

Se o *espaço* foi por muitas vezes negligenciado pela interpretação do materialismo histórico, há de se notar que o *tempo* carrega um sentido inerente de abstração e foi também tratado de maneira pouco importante por alguns geógrafos, principalmente os anglo-saxônicos (SANTOS, 1996, cap. I).

Uma preocupação *moderna* será tornar o *tempo* concreto e apreendido, de forma a manipulá-lo no domínio do cotidiano ou

na perspectiva do seu uso para prazos e metas de propostas a serem cumpridas (no plano urbano, por exemplo).

O *tempo* passou a ser uma matriz para a exploração e reprodução social. A proporção de Marx entre a mais-valia e o capital variável se expressa em teorias baseadas no valor de *tempo* mensurável, representando todo um debate oriundo dos movimentos de operários por duração do dia de trabalho ou acordos salariais (SOJA, 1993, p. 111).

Nas expectativas de uma lógica racional do *modernismo*, o planejamento (de qualquer trabalho humano) procura *informar a realidade*, levando-a a uma pretensa “perfeição”. Essa vontade se configura mais evidente, dentro do raciocínio iluminista, na militância ou na ciência política de uma sociedade almejada sem problemas estruturais. Do mesmo modo, para os urbanistas vinculados a um “iluminismo” teórico, a cidade se apresentaria como o *habitat* “perfeito” para o homem (SILVEIRA, 1993, p. 45). Desse modo, há de se verificar que “fazer planos” é um meio de conquistas da humanidade, em que um viés teleológico se impõe. Dentro dessa lógica de começo, meio e fim de um plano, podem surgir indagações acerca do *tempo* para efetivação desse plano, do tempo para efetivação do planejamento urbano: em quantos anos um plano diretor conquistará seus objetivos? Mesmo com algumas experiências bem-sucedidas em planos “cumpridos”, a pergunta surge porque as respostas ainda não foram encontradas ou ainda porque a pergunta é genérica; ou seja, tal *modernismo* não deu contestações efetivas de suas “promessas”. E mais: o *modernismo* parece que não conseguiu lidar com os percalços que um longo prazo de planejamento encerra; não por acaso o próprio planejamento urbano se apropria atualmente da ideia de gestão (com prazos menores para efetivação de propostas).

O futuro como realização do moderno

Trata-se de expor aqui uma leitura acerca do aspecto *determinista* dos valores *modernos* oriundos das formas de pensamento iluminista e *racionalista*, fundado no *progresso* almejado para o *futuro* com plenitude e liberdade individual em estado de *por vir*.

No plano da concepção urbanística, esse aspecto de *progresso determinado* pode ter acarretado também uma concepção “linear” das intervenções na cidade, apoiadas em uma lógica de “contaminação” de “causa e efeito”, encadeada e responsável muitas vezes pelas descrições da própria história das cidades. Desse modo, elabora-se uma noção da história⁵ em progressão que procura prever os efeitos espaciais de um *modernismo* urbanístico. Por isso é possível de análise o ideal do plano e do planejamento urbano tratado no *modernismo* como preocupação *determinada* que, por vezes, não reconheceu outras manifestações de *modernity* (que não “sofriam” do *determinismo*). Veja-se que algumas práticas do urbanismo e da urbanização, ainda que reconhecessem outras condições de elaboração para além do *determinismo racionalista*, foram “subjungadas” ou desconsideradas, muito em razão do tipo de difusão pedagógica na formação do arquiteto e urbanista.

5. Um sistema arbitrário de “contagem” do *tempo* como datação *universalizante* (provavelmente na lógica ocidental católica) que, aliado aos primeiros mapeamentos do globo terrestre (das expedições marítimas financiadas pela nobreza ou burguesia ocidental europeia), enfatizaram a compreensão de *universalidade* do *tempo* (calendário instituído) e em *espaço* (noção das dimensões do planeta) (GIDDENS, 1991, p. 29); ou seja, uma unidade “facilmente” revelada e apreensível para a compreensão da *unidade* em *tempo* e *espaço* do mundo, que é muito “familiar” e difundido, criando uma cultura de aceitação dessa unidade até nossos dias. Como se a história da formação das nações europeias fosse efetivamente “a” história universal ou o calendário ocidental fosse a compreensão uníssona para o tempo histórico.

Camillo Sitte, em 1889, foi um dos primeiros teóricos a condenar os esquemas assumidamente aplicáveis da industrialização moderna na cidade. Mas o problema poderia estar nessa orientação teórica de Sitte que se desdobraria também como *modelo pedagógico*; é com ela que surgiu a teoria dos valores visuais da cidade que podem ser também utilizados como esquemas “didáticos”. Há ainda outras manifestações que se enquadram num intuito de questionamento da cidade *funcional e industrializada*: Ruskin e Morris retomam uma relação estabelecida entre homem e natureza (e que fora abandonada desde o *racionalismo* do Renascimento); o racionalismo empírico dos arquitetos escandinavos; a tradição artesanal de Viena; o movimento *art nouveau*; Louis Sullivan, nos Estados Unidos, e Gaudemar, na França (HARVEY, 1992, p. 247). Nota-se que o trabalho de Frank Lloyd Wright também pôde se enquadrar numa contraposição ao estabelecimento da arquitetura e do urbanismo *modernos* elaborados com premissas já antes *determinadas* com base em um “receptáculo” formal, espacial e até social.

Os arquitetos e urbanistas *modernistas* objetivavam metas socialmente úteis, como a emancipação do proletariado (HARVEY, 1992, p. 39), e as consideravam uma *missão histórica*, um ato *salvador*, instituindo uma *ordem racional* calcada na eficiência da técnica e produção pela máquina, com um claro e pretenso *objetivo* a ser *alcançado*; para tanto, está subjacente o uso de um *tempo progressivo*, que se reifica na metáfora de Nietzsche: “Um rio que deseja chegar ao fim, que não reflete, que teme refletir” (HARVEY, 1992, p. 248).

A “contaminação” do urbanismo pelo *determinismo moderno* e suas consequências na formação de uma teoria pode estabelecer parâmetros de entendimento para o *descompasso* da disciplina urbanística em relação à cidade existente. O *determinismo moderno* como meio para se chegar a um *futuro ideal* se deparou com *descontinuidades* (nos termos de Anthony Giddens, 1991) – eventos inesperados dentro de uma noção de *progresso* (contínuo processo que opera por uma unidade de eventos em transformação e concatenados entre si por uma sequência *programada*) (GIDDENS, 1991, p. 15). Tal projeção no *futuro* é marcada, então, por traços de visões utópicas, porque impossível defini-la e construí-la no presente (principalmente para as técnicas da urbanização que demandam um tempo para a conclusão de sua execução).

A análise que se pode desenvolver é que o *urbanismo* e a *urbanização modernistas* foram uma das áreas do conhecimento que não assimilaram, na prática, fatos “novos” que “descontinuavam” o percurso *determinado*; pois eles nem sequer seriam possíveis no contexto do pensamento *moderno*. Mas, na história do movimento *moderno*, observam-se introduções de *novidade* ou *descontinuidades* como condição essencial que pôde caracterizar a emergência de uma tendência da *modernidade* e ao contrário daquele movimento urbanístico que se propôs como vanguarda “imutável”.

Com isso, pode-se ler, no percurso da *modernidade*, principalmente em outras disciplinas que não a do *urbanismo*, que é possível verificar a *novidade* ou o *acaso* no *determinismo*, fazendo com que o projeto primeiro se modifique, incluindo novos

caminhos e descobertas que efetivariam, de alguma maneira, o objetivo de criar informação *nova*; e, com base nela, orientar o conhecimento ou a melhoria das condições humanas.

Assim, pode-se verificar em relação à produção. Como possibilidade de analogia entre a produção capitalista e o planejamento urbano, pode-se pensar que, no primeiro caso, em situações de *crise*, haverá uma divisão do trabalho de tal forma que exigirá uma *cooperação* e adaptação entre setores produtivos que, de certa maneira, os levarão para um agir coletivo (BERMAN, 1986, p. 102). Da mesma forma, as bases espaciais provavelmente mudarão com os novos modos de produção; e aquele planejamento que previa um *determinado* espaço agora caducou, e deverá planejar outros suportes espaciais (nesse momento é que se pode interpretar um “descompasso” do plano urbano em relação à cidade), embora a disciplina urbanística *modernista* insista em se manter com as mesmas bases teóricas, com a “promessa” de solução do “descompasso” “solucionado” no *futuro*.

A fim de garantir a “promessa” para e do *futuro* por meio do planejamento, objetiva-se a *especialização* como signo de *confiança* no mundo *moderno*, apoiando-se, assim, na *vigilância* como fator de dominação da política para o controle do Estado-Nação que, por sua vez, também deve amparar a economia do capital (historicamente entrelaçadas: economia e política do Estado-Nação) (GIDDENS, 1991, p. 64); bem como o uso da *vigilância* espacial com planos *racionalizadores*, estritamente colada ao ideal do *território* como amparo àquela política *vigilante* do Estado.⁶

O signo de *determinismo* do *futuro* no *modernismo* espacial encontra amparo na lei como uma das principais mediadoras do planejamento urbano ao expressar suas vontades sobre a cidade. Em sua estrutura sínica, a escrita da lei se revela “inalterável”, ampara a segurança dessa lei, amplia o fato utópico como vontade a projetar-se, a cumprir metas. Justifica-se, então, que a lei (como linguagem verbal escrita) pode estar em descompasso com a linguagem do *vivido* (que é *mutável* nos momentos do *presente*).

O ideal moderno de vanguarda e especialização

O *modernismo* urbano, ao se representar como vanguarda,⁷ também pode expor o “descompasso” do ideal do plano quando aplicado à cidade existente.

Concomitante ao pensamento e “amadurecimento” iluminista da classificação e *especialização* do conhecimento, o *urbanismo* surge nos séculos XIX e XX (ARGAN, 2001, p. 185) como disciplina que estudará a cidade. Estudar a cidade compreende a pesquisa sobre sua realidade, bem como formulações teóricas que encontrarão no pragmatismo e “utilitarismo” desse mesmo ideal iluminista uma taxonomia do conhecimento (daí os desdobramentos para um caráter pedagógico).

Como exemplificação desse processo, Argan (2001, p. 186) observa que a *cité industrielle* de Garnier expõe esse caráter

6. Mas, nessa situação, há a possibilidade de uma *reflexividade* negativa (nos termos de Giddens) da *modernidade*; assim exemplificando: o controle dos espaços (como *territórios* demarcados de forma político-administrativa como idealização do Estado, por exemplo) já assinalava o papel da sintaxe da *realidade empírica* para a construção socioespacial (ainda que como desejo, plano ou projeto); revelando que o *espaço* não era apenas um *reflexo* de decisões políticas ou econômicas elaboradas pelos homens (*sujeito*), mas parte de uma *dialética* (LEFEBVRE, 1969). Giddens (1991, p. 88) alerta que é praticamente impossível a sobrevivência de um indivíduo que opta por sair do controle das instituições *modernas* (essencialmente as do Estado). Por meio do Estado, há um controle do ser que se dá pela *normalização* e *legislação*, como que criando seres adaptáveis ao mundo de um cotidiano programável, com atividades habituais, para que não “desvie” o *sujeito* da “busca” (“predeterminada”) de seu *futuro* ideal. De maneira que os riscos, como eventualidades no e do percurso ao *futuro* deve ao máximo serem eliminados através de ações repetitivas contrárias a *eles*.

7. Ao contrário do *modernismo* urbano, o “panorama” “dourinário” contemporâneo do urbanismo (ou *pós-moderno* para alguns) se apresenta de forma difusa, sem uma “consolidação” evidente como manifesto de planos e cidades; para François Ascher (segundo MAGALHÃES, 2007, p. 61), complexidade e incerteza são os paradigmas dominantes para o urbanismo contemporâneo.

de divulgação e pedagogia como um *modelo* de cidade, sendo reproduzível em diferentes situações de *lugares*; e mais, com uma estrutura organizacional “inteiramente” (nos termos de Argan) dedicada à *função* industrial. Nota-se que essa atitude geraria um postulado no qual essa visão transformar-se-ia em um exercício referencial para os planos e projetos calcados no desejo de construção de cidades com base no signo da *funcionalidade*; que deve expurgar tudo o que “impede” o “melhor funcionamento” (ideologicamente estabelecido por um grupo de “pensadores” urbanistas em comum acordo). Esse aspecto do plano, do planejamento e do projeto não considerou valores simbólicos e de relações socioculturais que a cidade existente já tinha; indiciou a *setorização* das *funções* na cidade e carregou a ideologia de que a cidade deve se construir atendendo às forças do capital industrial. Tempos mais tarde, a *industrialização* ainda será referencial didático nas bases pedagógicas de Gropius, Oud e Le Corbusier (ARGAN, 2001, p. 187); a Bauhaus sintetizará *indústria*, arte e ensino.

É possível verificar ainda que os valores do trabalho e da vida na era industrial adquiriram dimensões culturais que deram identidade a toda uma nação e, por isso, utilizou-se do fator pedagógico para sua expansão,

Um dos componentes do Movimento [moderno] é a arquitetura industrial, que se desenvolveu na Alemanha, onde o processo de industrialização se iniciou tarde, após 1870 [...] o trabalho industrial, entendido como luta e triunfo do espírito sobre a matéria, será o meio pelo qual o povo germânico cumprirá a função hegemônica e universal à qual se julga predestinado (ARGAN, 2001, p. 194).

Interpreta-se que o fator pedagógico contribuirá para a disseminação, manuseio e invenção de artefatos que ampliarão a produção industrial. Seria preciso “tomar consciência” dos novos meios de produção.

Esses desdobramentos do ensino e da prática ligados à *indústria* influenciaram os arquitetos e urbanistas, que passaram a se “orgulhar” de uma distinção “profissional” que agora lhes cabia dentro da Revolução Industrial; não se tratando mais de diferenciar artista e engenheiro; mas a “dignidade” de arquitetos e urbanistas que se preocupavam com a visão totalizante de uma cidade *funcional* e *industrial*, afastando-se daqueles arquitetos que se preocupavam com a “fachada estilística” do edifício.

A cidade do século XIX, essencialmente *industrial* dentro de uma nova lógica do capital, não coincidia com a sintaxe da cidade existente que se apresentava com características até mesmo medievais (que obstruíam a desenvoltura da circulação e escoamento da produção, sem facilitar o acesso do operário ao trabalho ou “expor” a mercadoria produzida para o consumidor, entre outras). Era necessário produzir a cidade ideal como uma cidade essencialmente *funcional*: eliminando classes socioeconômicas numa intenção *utópica*, pois as *funções* (ainda que setorizadas) permeariam todos os níveis da população, com um intuito comum da melhor eficácia para se trabalhar,

morar, deslocar-se, etc. Entretanto essa cidade apresentou as primeiras causas de um imobilismo urbanístico (ARGAN, 2001, p. 513), porque a crença numa *utopia* de cidade *funcional* enfatizava um objetivo de cidade ideal a ser alcançado, implicando processos rumo a uma meta *futura*, em que a presente situação socioespacial seria sempre algo a ser mudado; daí o signo da *utopia* como “bandeira” necessária e persistente de vanguarda⁸ “descolada” da realidade citadina, desdobrada em missão pedagógica,

A pesquisa urbanística avançada pode, em muitos casos, comparar-se à pesquisa científica que tem como objetivo o envio de mísseis ao espaço sideral: com um desvio das premissas e finalidades institucionais da ciência que, em essência, não se distingue, a não ser pelos resultados incruentos, daquele desvio que orienta a pesquisa para a descoberta de armamentos termonucleares cada vez mais assustadores. Também o urbanismo, a julgar por certas prefigurações, nada improváveis, da cidade do futuro, está se tornando uma espécie de dissuasor psicológico, a ponto de justificar o temor de que elas respondam, sem dúvida, a profundas aspirações psicológicas do homem integrado numa sociedade de massa, mas justamente também à aspiração negativa que gostaria de compensar com um complexo de superioridade ou de poder (tecnológico ou racial, não importa) um remendo e insuperável complexo de inferioridade (ARGAN, 2001, p. 514).

Mas se a cidade deve ser algo *novo* (inclusive como propósito de vanguarda) a partir do século XIX, deseável como projeção *utópica*, marcada pela eterna reconstrução do seu atual estado, tal como nos deixou os exemplos de Haussmann, em Paris, ou Robert Moses, em Nova Iorque, ela sempre estará sob o signo da *destruição* da cidade existente para construir aquele anseio de ideal *moderno* (efetivamente ideal no *futuro*), “[...] um processo de destruição passível de, no final, destruir ele mesmo essas verdades. E, no entanto, somos forçados, se buscamos o eterno e imutável, a tentar e a deixar a nossa marca no caótico, no efêmero e no fragmentário” (HARVEY, 2001, p. 26).

Os “desarranjos” observados no papel social e político que a vanguarda *modernista* pretendia assumir, e o imobilismo urbanístico (já lembrado por Argan) enfatizavam, por um lado, a “frustração” dessa vanguarda; mas, por outro, essa “frustração” pôde criar uma nova vontade das projeções socioespaciais ideais sobre a cidade no *futuro*, caracterizando-se a constante *mutabilidade* como característica de algo *moderno*. Deve-se observar que o valor da *mudança* parecia não operar no presente, mas sempre na busca de um *futuro* almejado (porque as próprias técnicas da urbanização trabalhavam nesse “longo” prazo para sua execução).

Como lembra Argan (2001, p. 183), o termo *modernismo* se tornou muito genérico para identificar a vanguarda como uma série de manifestações de intervenção e pesquisa sobre o *espaço*, inclusive aquelas ligadas à transformação e questionamento dos urbanismos marcados pelo *industrialismo* e

8. Bauman (1998) propõe uma metáfora para explicar a “impossibilidade” de uma vanguarda, e aqui cabe pensar a vanguarda do urbanismo *moderno*: um “exército” (*avant-garde*) se constitui em guardas que avançam sobre um território, como num processo de manipulação linear, de maneira que o que está sendo feito num primeiro momento pelas “tropas” de “primeira linha” de um espaço conquistado já não será mais igual àquilo que será feito pelas “tropas” do pelotão de fundos; aquele espaço conquistado já foi processado, sendo quase que impossível seguir os mesmos feitos e exemplos dos primeiros soldados. O espaço “desbravado” pelos primeiros soldados nunca será o mesmo.

funcionalismo, e já não mais preocupados em *modernizar* e “destruir” a cidade antiga,

O modernismo, com efeito, não deixava de ter seus momentos esquizoides – em particular ao tentar combinar o mito com a modernidade heroica –, havendo uma significativa história de “deformação da razão” e de “modernismos reacionários” para sugerir que a circunstância esquizofrênica, embora dominada na maioria das vezes, sempre estava latente no movimento moderno (HARVEY, 2001, p. 57).

O problema é que muitas dessas manifestações “esquizoides”, segundo Argan, podem ter sido “esquecidas” ou nem sequer “apreendidas ou aprendidas”, uma vez que a pedagogia do urbanismo “escolheu” correntes muito mais ligadas à industrialização e à produção de uma “cidade sempre nova” para a difusão nas “escolas”, permeando até os dias atuais.

A vanguarda e a “escola” dos urbanistas devem conferir, então, valores de *especialização* que um técnico *perito* (urbanista) pretensamente deverá ter. Nesse sentido, cabem considerações sobre o papel que um técnico *perito* pode desenvolver na sociedade *moderna*, a fim de equacionar a carga depositada no urbanista como *especialista* do urbano e das cidades.

Deposita-se a *confiança* no *técnico perito*.⁹ Para estabelecer a *confiança*, devem-se eliminar os *riscos* do planejamento e hiperbolizar a diferença entre o *especialista (perito)* e os leigos da sociedade, reforçando uma pretensa *especialização* do conhecimento e o controle da *informação especializada* (também como signo de poder). Henri Lefebvre (2004, p. 162, 166) nota que um planejamento eminentemente estatal e, portanto, construído com a competência dos “saberes” *peritos* é uma manifestação de classe particular e oculta sua estratégia (também) de classe que, por vezes, não é nem mesmo um produto do conhecimento, mas uma intervenção de poder.

Especialização e *confiança* podem, assim, garantir a credibilidade num *futuro ideal*, desestabilizando o movimento dos *riscos*. No entanto, pode-se verificar que, com a efetivação de alguns *riscos* urbanos, algumas sociedades *locais* puderam se reorganizar para tomar cabo de situações de controle, em novas manifestações políticas sobre o território até então nunca elaboradas.

Revelações da linguagem da *cidade* para o pensamento *moderno*

Entende-se aqui a cidade e o urbano como um sistema de comunicação. Compreende-se que o programa espacial *moderno* esteve muito mais preocupado em “moldar” um sistema de signos que “pretensamente” igualariam todos os cidadãos por meio de uma *comunicação do objeto útil e racional* proposto (utensílios de uso cotidiano, artefatos da industrialização e a cidade setorizada por *funções*). De tal sorte que esse *objeto moderno* deveria ter (idealmente) o “mesmo” significado para todas as condições repertoriais dos sujeitos envolvidos. Nessa pretensão de organizar o *signo comum* para os *objetos*, o *uni-*

9. Pode-se notar que a *confiança* no técnico *perito* também foi uma “exigência” do contexto social, cultural e político com que se formulou o Brasil republicano e dito democrático. No Brasil, pode ser identificado o que se convencionou chamar por *tecnoburocracia* (um conjunto de técnicas e regras criadas que propunha a permanência do Estado e do Direito). O discurso dessa *tecnoburocracia* operava com a possibilidade de grupos sociais desfavorecidos poderem assumir hegemonias, tal como uma revolução tecnocrática, em que o *especialista* técnico “ocupa” uma posição social de decisão. Geralmente oriundo da classe média “estudada”, o técnico e seu representativo cargo poderiam determinar novas relações sociais, uma vez que o “estudo” lhe garantia a possibilidade de ascensão social. Esse discurso podia também ser interpretado como uma noção conservadora de que o capitalismo no Brasil estava “evoluindo” até a inexistência das classes sociais (PEREIRA, 1977). Todo o discurso do técnico *perito* e da *tecnoburocracia* encontrou na realidade brasileira uma forma de dominação política já revelada por Max Weber (enquanto generalização), tendo o Estado ou a empresa burocrática como planejadores e administradores “racionais”; revelando dados, fatos e um aparato de conveniências para as classes dominadoras de sempre: confiança pessoal, favores e privilégios individuais, subordinação hierárquica, nomeações por autoridades superiores, “cesarismo”, apropriação do conhecimento *especializado* pela burocracia como forma de dominação e justificativa técnica, *racionalização* da educação e treinamento num sistema de méritos e títulos (que a própria democracia teme em razão de ocasionar diferenciações sociais). A *tecnoburocracia* carrega o signo da “impessoalidade” como instância jurídica que “serve a todos” sem discriminação, mas pode “mascarar” ideais democráticos.

versalismo deu sua contribuição. Ou seja, aquele poder transformador de atribuir outros significados àqueles habitualmente atribuídos e projetados como valor para a existência deixou de se manifestar em muitos casos, uma vez que a projeção dos *objetos* se deu especificamente pela ordem *racionalizada* das técnicas e da fabricação industrializada estandardizada. Trata-se da redução de elementos compositivos a um rigor *racionalista* da forma, de modo que possam ser repetidos a fim de promover a industrialização e comercialização de um mesmo objeto para as massas.¹⁰ Em muitos casos, tal rigor *racionalista* também criou uma abstração do *objeto* que não atendia às exigências concretas da existência, fazendo com que o seu *signo* não fosse “decifrado” num processo autorreferencial do *objeto*.¹¹

O plano *modernista* aplicado e não “cumprido”¹² contribuiu para a exposição da linguagem inerente à cidade que “modificava”, (re)significava e questionava os objetivos primeiros daquele plano; de tal sorte que ele não se apresentava eficiente porque “hermético” nos seus conteúdos espaciais “pré-determinados”. De modo que, como linguagem, a cidade se apresenta não só como uma resultante do *espaço* concebido pelo *sujeito* (urbanista); mas, também, da ação social. A linguagem da cidade, nesse sentido, não poderia ser interpretada como dados simplesmente oferecidos pelo *objeto* (espaço social); ela é também construída pelo *sujeito* (coletivo por hipótese) e pela sua escala de valores, “Se houvesse uma linguagem independente (ou semiótica) do tempo ou do espaço (ou do tempo-espaço), poderíamos, neste ponto, abandonar sem problemas as preocupações sociais e investigar de modo mais direto as propriedades das linguagens de espaço-tempo como meios de comunicação por direito próprio” (HARVEY, 1992, p. 206).

Nessa perspectiva, o *sujeito* (social e coletivo) é quem pode construir os diversos significados sobre o *objeto* (a cidade, neste caso). Mas o *objeto*, por meio de seus diversos significados, significantes e signos interpretantes, também têm o papel de interferir nessa percepção de cidade. Esse caráter de especificidade e atributo para com a percepção e leitura espacial feita pelo receptor (*sujeito*), considerando seu nível repertorial e interpretativo, pode ser traduzido para a especificidade do *lugar*.

Outro índice revelador da linguagem da cidade pode ser obtido com base no “programa de necessidades”¹³ do *modernismo* perante a realidade existente. Neste caso, o *tempo* é revelador: os projetos de arquiteturas e planos que pensaram *funções determinadas* encontraram na *flexibilização* ou *flexibilidade do espaço* o valor da necessidade da alteração espacial daquelas primeiras funções idealizadas; ou seja, o *tempo* demonstrou, por meio do *espaço*, que há alteração das bases produtivas (digam-se também sociais). No âmbito das cidades, a setorização funcional *modernista* foi condenada pela “rigidez” dos seus prognósticos que se debatiam com os usos efetivos ao longo do *tempo*. Os urbanistas *modernistas* pressupunham uma relação “estável” e *determinada* entre *programa* e *realidade*, visto que o *programa* deveria objetivar um *fim único*

10. Deve-se compreender que a produção da *cidade* também operava pela lógica da industrialização, seja na compartimentação ou acessórios para a casa; seja na pré-fabricação de elementos estruturais, vedos e caixilhos para habitação, bem como no uso da *racionalidade* para a implantação da infraestrutura urbana.

11. Deve-se considerar que esta formulação é uma *generalização* interpretativa, pois alguns dos arquitetos escandinavos do *modernismo* como Jackobsen e Alvar Aalto entenderam que a máquina executa com maior precisão os *objetos* (ARGAN, 2001) e, por isso, eles deverão ter maior precisão no “desenvolver” do projeto; neste processo, o tempo de “maturação” da projeção inclui também uma reflexão *empírica* que caracterizou a preocupação com problemas reais do *cotidiano*.

12. Muitos planos urbanos *modernistas* não foram efetivados, sugerindo uma avaliação “positiva”, no sentido em que muitos deles se estabeleceram por uma *totalidade* do planejamento das elites corporativas que procuravam *disciplinar* a sociedade sobre o espaço. Mais ainda: muitos destes planos *modernistas* que procuravam *disciplinar* a sociedade foram elaborados por setores considerados “progressistas” e que acreditavam numa “sociedade igualitária”; atribuindo, por vezes, ao caráter do *espaço* um papel unívoco transformador das bases sócio-espaciais estabelecidas.

13. É notório que a elaboração de um “programa de necessidades” circunscreve, no tempo e no espaço, uma “pré-determinação” dos usos que se daria em um suporte espacial projetado e depois executado com esses fins, de tal sorte que a “mudança” desse suporte espacial colocava em discussão e até mesmo em *crise* esse ideal *modernista* de “programa”.

preciso e constante como um produto, conduzido e análogo à lógica da produção industrial.

A interpretação da cidade assume, então, diferentes significados inerentes à linguagem citadina; de modo que o que importará para os urbanistas que conseguiram refletir acerca do movimento *moderno* será o reconhecimento do *significante* (o meio, o processo) (HARVEY, 1992, p. 59).¹⁴

Considerações finais

Algumas razões pelas quais os “desarranjos” do *modernismo urbano* se deram podem ser explanadas com base em relações entre *sujeito* e *objeto* na *modernidade*. Para tanto, uma epígrafe do texto de Zygmunt Bauman (*Modernidade líquida*, 2001, p. 7), de autoria de Paul Valéry, ressalta o interesse da relação entre *sujeito* e *objeto*: “Assim, toda questão se reduz a isto: pode a mente humana dominar o que a mente humana criou?” (Paul Valéry, conforme BAUMAN, 2001, p. 7).

Por analogia, pode-se interpretar “a mente humana” como *sujeito* e “o que a mente humana criou” como *objetos*. Revela-se o mundo *empírico* dos objetos e, assim, a *cidade* como tal. Não se trata, obviamente, de uma apologia do *objeto* em detrimento do conhecimento do *sujeito*, mas apenas evidenciar que o papel desse *objeto* foi, por vezes, negligenciado e, nessa situação, poder-se-iam obter outras possibilidades, como interpretação acerca do *objeto* (e não mais tão calcado somente em valores do *sujeito*), numa possível construção epistemológica em que, talvez, não ocorressem tantas “frustrações” de um desejo, de uma ideia, de um designio, de um plano (enfim) para o urbano.¹⁵

Observa-se que a prática do urbanismo *moderno* se constituiu, em muitos casos, em elaborar um raciocínio (do *sujeito* urbanista) para identificar “estruturas comuns” nos dados de diagnóstico, podendo excluir modos excepcionais do *lugar* (*objeto*) e da sociedade que, por ventura, podem contribuir para a análise e prognóstico do urbano. A ideia de uma “estrutura comum” no plano e planejamento urbanos *modernistas*, como regra geral, trabalha com o dado “médio” na lógica do planejamento, assumindo o fator de um “cidadão médio”, *universal* e “abstrato”, idealizado pela “mente” do urbanista; e que provavelmente se “choca” com a realidade.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

14. É com isso que também é possível verificar o valor dado aos cidadãos (*sujeito coletivo*) na elaboração dos planos urbanos, esfacelando-se uma aura de *vanguarda* que identifica uma corrente de *pensamento* (cerebral e organizada univocamente pelo urbanista) do *modernismo urbano*; ou seja, há uma nova fase cultural do plano, aberta a todos, e, por isso, relacionada com o cotidiano e integrada à cultura popular, “antiaurática e antivanguardista” (HARVEY, 1992, p. 62). O reconhecimento das várias formas de manifestação popular e seus *lugares* de representação também pôde promover os valores públicos do *lugar* (Alvin Toffler, segundo HARVEY, 1992, p. 259), da mesma maneira que sugeriu a impossibilidade do *consenso* (Jürgen Habermas), porque deveria reconhecer a alteridade social dentro de uma maioria “democrática”

15. Esses desejos e planos, por outro lado, como manifestação da sociedade (*sujeito social coletivo*), podem ter sido marcados por uma apropriada condição de hábito, de repetição e de um estado *previsível*, montado pela própria ideologia de um caráter de *modernidade*. Quando a *modernidade* se propõe à “quebra” de paradigmas e fatos habituais, ela pôde também inaugurar um “maniqueísmo” de “novidades”, tornando-se uma constante que chegou mesmo a formular um “hábito” daquela vontade de alteração de uma condição considerada não apropriada. Ou seja, as “novidades” passaram a ser previsíveis, não mais carregadas por signos de mudança. Bauman (2001, p. 11) observa que, quando havia uma alteração na empreitada da *modernidade*, esta, por muitas vezes, estabelecia-se como uma “intervenção” programada para o significado que se pautava em mudança, e, depois, constituindo-se como um “enrijecimento” (que dá “suporte” ao mundo *previsível*, administrável e compreendido como *totalidade*).

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MAGALHÃES, Sérgio F. *A cidade na incerteza*. Rio de Janeiro: Viana e Mosley, 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A sociedade estatal e a tecno-burocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *Entre o tempo e a eternidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Lauro F. B. da. Sombras da cidade radiosa. In: *Sinopses*, n. 19, jun. 1993. São Paulo: FAU USP, p. 45-49.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Endereço do autor

Luciano Torres Tricárico

E-mail: Ittores@usp.br

Rua Epitálio Pessoa, 162, cj. 35 - Vila Buarque

CEP: 01220-030 - São Paulo-SP